



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



ATER agroecológica no estado da Bahia – uma política pública em construção *Agroecological ATER in the state of Bahia - a public policy under construction*

SANCHES, Cinara Del' Arco

Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais- SASOP; cinaradelarco@gmail.com

Tema Gerador: Políticas Públicas e Conjuntura

Resumo

Esse relato traz a experiência da Articulação de Agroecologia na Bahia – AABA e do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais - SASOP de incidência política junto ao governo do estado da Bahia para a construção de uma chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER que de fato possa permitir o avanço da transição agroecológica nos territórios da Bahia. E que sirva, ainda, como parâmetro e modelo para as futuras chamadas inaugurando o que está categorizado nesse relato como a terceira geração de chamadas do estado. A ATER enquanto articuladora de um conjunto de outras políticas para a agricultura familiar, e potencial facilitadora de dinâmicas territoriais, carece de mudança na sua concepção e aprimoramento na sua forma de regramento e operacionalização. Tem-se, nesse momento, a oportunidade de qualificar os serviços de ATER incidindo na construção de uma chamada pública que impulse e permita a transição agroecológica nos territórios baianos.

Palavras chaves: Incidência; Controle social; AABA; SASOP.

Abstract

This report presents the experience of Bahian Articulation of Agroecology – AABA and the Advisory Service for Popular and Rural Organizations – SASOP on political incidence in Bahia State Government for construction of a public call of Technical Assistance and Rural Extension – ATER, in order to increase the Agroecology at the Bahia state. It also should serve as a parameter and model for future public calls inaugurating what is categorized in this report as the third generation's calls of the state. ATER, as an articulator of a set of other family farming policies, and a potential facilitator of territorial dynamics, requires a deep transformation in its conception and an improvement in its form of regulation and operationalization. At this moment, we have the opportunity to qualify ATER's services by focusing on the construction of a public call that will boost and allow the agroecological transition in bahian territories.

Keywords: Incidence; Social control; AABA; SASOP.

Contexto

O Estado da Bahia, com quase setecentos mil agricultores e agricultoras familiares, e uma rica diversidade de biomas, tem no seu conjunto de desafios a construção de outros padrões de desenvolvimento rural, e nesse sentido a Agroecologia deve ter um papel central. Desde a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) em dezembro de 2014, a Articulação de Agroecologia na Bahia (AABA) tem tido um papel protagonista para a construção da política estadual de agroecologia, bem como a de uma chamada pública de Assistência Técnica e Extensão rural (ATER) Agroecológica.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Um conjunto expressivo de experiências bem sucedidas de transição agroecológica desenvolvidas com mais intensidade nas duas últimas décadas no estado, reafirma a importância da produção de base familiar para prover alimentos e indica caminhos para revalorização do patrimônio de saberes e práticas de gestão social dos bens naturais. Apesar dos desafios na implementação, a Bahia já avançou significativamente no campo das políticas públicas para a construção de novos padrões de desenvolvimento rural, a exemplo da Política Estadual de ATER (PEATER), da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, e mais recentemente, da Política Estadual de Convivência com o Semiárido.

Foi nesse contexto que a AABA assumiu o desafio de incidir na construção de uma chamada pública de ATER Agroecológica, considerando a vocação articuladora de tal política de um conjunto de outras políticas com potencial de criar as condições para o fortalecimento da agricultura de base familiar agroecológica e o desenvolvimento rural.

A PEATER, resultado de uma sistemática pressão da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, foi implementada em dezembro de 2011 (Lei 12.372) e representa uma conquista importante para agricultura familiar no estado. Em 2012 foi lançada a primeira chamada pública, essencialmente com a padronização de atividades pré-fixadas e um ano para execução, mas com um diferencial substantivo, e que até hoje tem sua importância destacada, qual seja, o pagamento antecipado de 20% do valor total dos serviços no momento da contratação. Ainda na mesma gestão estadual, outras duas chamadas, sendo uma voltada para preencher os vazios da primeira, e a outra em parceria com a Petrobras Biodiesel para atender uma demanda específica de produção de oleaginosas, foram lançadas.

Em 2015, a superintendência baiana de ATER – a Bahiater, da então recém criada SDR, lançou a chamada pública ATER Sustentabilidade para atender pouco mais de 30 mil famílias em 22, dos 27 territórios de identidade do estado. Esta chamada, sobre a qual a AABA procurou incidir desde sua elaboração, inauguraria uma segunda geração de chamadas do estado. No ano seguinte, outra chamada, desta vez voltada para o atendimento de povos e comunidades tradicionais – ATER PCT, em parceria com a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, e em grande medida similar à de sustentabilidade, foi lançada para atender 10 mil famílias entre Fundos e Fechos de Pasto, Geraizeiros, Quilombolas e Indígenas.

Para o ano corrente, a Bahiater/SDR intenciona lançar novos chamamentos para alcançar mais 20 mil famílias. E é nesse contexto que está recolocada a oportunidade para uma chamada de caráter essencialmente agroecológico, que avance significati-



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



vamente sobre sérios entraves que comprometem a concepção social, política, técnica e metodológica para viabilizar uma ATER Agroecológica. E que pode representar o nascimento de uma terceira geração de chamadas do estado.

Descrição da Experiência

Com início da gestão estadual em 2015, e por ocasião da criação da SDR, a AABA entendeu que seria o momento de reabrir o diálogo e voltar a canalizar esforços para colocar na pauta das prioridades da secretaria, a elaboração de uma política estadual de Agroecologia. Para tanto, em maio do referido ano, promoveu na capital baiana, em parceria com a SDR e a Secretaria de Educação, o Seminário *Agroecologia e Desenvolvimento Rural* com a participação de Leonardo Boff, Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO e CPDA/UFRRJ. Estavam presentes parlamentares, gestores públicos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, agricultores e agricultoras, representantes de povos e comunidades tradicionais, indígenas, pesquisadores, pesquisadoras, professores e professoras, e uma diversidade de sujeitos que lotaram o auditório. A última mesa, sob o tema *Perspectivas da Agroecologia na Bahia*, propiciou um diálogo entre a AABA e o secretário de desenvolvimento rural, que publicamente se comprometeu com a construção da política de agroecologia. Dois importantes processos nasceram após essa iniciativa. A criação de um grupo de trabalho composto por organizações da AABA e gestores da SDR, para discutir as diretrizes da política estadual de agroecologia, cujo resultado até o momento, foi o encaminhamento da proposta de minuta para a Assembleia Legislativa no final do ano passado, embora a mesma não tenha contemplado todas as sugestões e críticas da AABA. E o segundo processo, ainda em curso, é a incidência para elaboração de uma chamada pública de ATER Agroecológica.

Para qualificar a incidência da AABA, foi importante a experiência acumulada de algumas organizações nos espaços de controle social e formulação de políticas no plano nacional e estadual, a exemplo do SASOP, que participou ativamente no grupo de trabalho operacional, cujo papel foi elaborar as principais diretrizes para a chamada de ATER Agroecologia, bem como fazer seu aprimoramento por ocasião da sua execução. O SASOP também pôde aportar ao conjunto da AABA seu acúmulo enquanto integrante da Rede ATER/NE, a qual representou por 4 anos na CNAPO, mais especificamente na subcomissão temática *Conhecimento*, que trata do temas Ensino Pesquisa e ATER.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



A primeira geração de chamadas (2011 a 2014) do estado mostrou-se incapaz de responder às necessidades de uma ATER que gerasse impactos de qualquer grandeza significativa. A AABA estava convencida, e mesmo gestores da SDR e as organizações que haviam executado essas chamadas, que eram inviáveis resultados relevantes a partir de um projeto de ATER com duração de um ano, mesmo com a possível renovação prevista na lei. Somava-se a isso, a padronização das atividades na espécie de um receituário que desconsiderava a diversidade e pluralidade do rural, somado ao volume de processos burocráticos e uma operacionalização incompatível com a realidade das organizações.

Com a criação da Bahiater e sua coordenação de Agroecologia, criou-se um espaço político que permitia a AABA um diálogo sistemático, materializado em reuniões e oficinas e uma vídeo conferência para a construção da política de agroecologia, bem como da chamada de ATER, que mais tarde seria batizada de sustentabilidade. Essa chamada também foi em boa medida, fruto da incidência da AABA, que a convite da SDR facilitou uma oficina onde compartilhou as características, avanços e desafios da chamada ATER Agroecologia do governo federal, além das premissas e pressupostos para uma ATER de fato agroecológica. A princípio, a expectativa era que nesse primeiro chamamento público, a SDR lançasse uma chamada de agroecologia, o que de fato não aconteceu, muito embora a chamada lançada tenha trazido no seu escopo muito da chamada do governo federal.

Apesar dos avanços em relação às chamadas anteriores, a exemplo da definição do público com pelo menos 50% de mulheres e 15% de jovens, e da oferta de atividades selecionáveis, nada se avançou em relação aos desafios e entraves apresentados pela AABA por ocasião da oficina, muito embora um grande diferencial, já presente desde a primeira chamada lançada pelo estado, o do pagamento de 20% dos serviços na contratação, estivesse presente também nessa chamada. Houve sim, inclusive, um sério retrocesso que mais tarde seria combatido não somente pela AABA mas também pelo Fórum Baiano da Agricultura Familiar – FBAF, que dizia respeito a uma atividade pré-fixada, denominada de “levantamento para regularização fundiária”. Somente quando teve início a execução dos contratos, a Bahiater explicitou que tal atividade implicava que as organizações fizessem de fato a regularização. Depois de muitas reuniões e diálogos com a secretaria foi possível reverter essa situação, ficando as organizações responsáveis apenas por levantar as informações. Destaca-se aqui a tendência que existe em atribuir às organizações o que é papel do Estado, a exemplo da regularização e do cadastro rural ambiental.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



A chamada de ATER PCT em que pese não conter essa atividade, pouco dialoga com a realidade dos povos e comunidades tradicionais, a exemplo da exigência de três visitas individuais por ano a cada beneficiário das comunidades de Fundo de Pasto, quando a tradição e o costume dessas famílias é o manejo e uso coletivo das áreas de pastejo animal. De maneira geral, essa segunda geração de chamadas também ficou distante de atender às necessidades reais de uma ATER agroecológica, tanto na concepção, quanto na operacionalização. Diante do que, a AABA seguiu pressionando e fazendo as críticas que considerou pertinentes.

Há poucos meses, a Bahiater diante da intenção da SDR de lançar novos chamamentos para mais 20 mil famílias ainda esse ano, recolocou na sua pauta a possibilidade de uma chamada de ATER Agroecologia e renovou o convite à AABA para em parceria, pensar os parâmetros e diretrizes para tal instrumento. Em abril desse ano, a AABA foi convidada a participar de uma reunião com o diretor da Bahiater e técnicos responsáveis pela modelização das chamadas. O próximo passo agora será uma oficina marcada para maio onde a AABA apresentará a SDR os pressupostos, premissas e sugestões para uma chamada de ATER Agroecológica.

Resultados

Existe ainda um longo caminho a percorrer para que a política pública de ATER possa de fato cumprir seu importante papel de articuladora de políticas essenciais para agricultura familiar, bem como facilitar a construção de dinâmicas territoriais para o desenvolvimento rural. Some-se a isso o esgotamento de um conjunto de políticas que hoje compõem o rol ofertado a esse importante segmento responsável pela maior parte dos alimentos produzidos na Bahia e no Brasil.

Na perspectiva agroecológica, as mudanças na concepção de ATER implicam o reconhecimento da necessidade da reconfiguração do conjunto esgotado de políticas para a Agricultura Familiar, inclusive o PRONAF; Faz-se imperativa a construção de mercados locais que viabilizem o escoamento da produção, e a construção e o fortalecimento de processos coletivos de gestão de bens comuns; Para tanto, os serviços de ATER, devem estar qualificados para assessorar e facilitar a gestão do conhecimento em redes locais de inovação; valorizar o protagonismo das mulheres na gestão dos bens naturais e ampliar e assegurar as condições para seu acesso às políticas; fomentar casas e redes de trocas de sementes; construir mecanismos participativos de garantia da qualidade agroecológica; incentivar e fomentar fundos rotativos de crédito; fortalecer dinâmicas em redes de mulheres e jovens; e estruturar equipamentos de gestão coletiva.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



É preciso superar limites e desafios de grandezas distintas, porém substanciais no seu conjunto, no âmbito das políticas públicas para agricultura familiar. No que diz respeito a ATER ter-se-á que avançar no monitoramento e avaliação que de modo geral são em sua essência quantitativos e focados na realização das atividades e não nos seus resultados. O financiamento precisa ampliar seu escopo, superando a modalidade bancalizada, que despreza o enorme potencial do fomento e dos fundos rotativos, cuja eficácia já foi comprovada em milhares de experiências Brasil afora.

A formação, ainda mal compreendida pelo poder público como capacitação e contabilizada em horas aula dadas por especialistas aos chamados “agentes de ATER”, deve prioritariamente articular conhecimentos, saberes e sujeitos diversos e de distintos campos e valorizar o processo de aprendizagem em redes. Redes essas com grande potencial para disseminação do conhecimento construído.

A ATER também deve articular a produção agroecológica com o acesso a informação e o desenvolvimento de estratégias que deem visibilidade às mulheres como sujeitos políticos, propiciando e garantindo sua autonomia, valorizando sua contribuição para a reprodução da vida e economia familiar. Bem como viabilizar projetos de vida para as juventudes que permitam também sua autonomia e inserção na economia em seus territórios.

E diante desses desafios, a oportunidade, ainda que pontual, de elaborar e viabilizar junto ao governo da Bahia uma chamada de ATER Agroecológica se apresenta novamente com a oficina agendada para maio de 2017, e que contará com a presença de organizações da AABA, gestores da Bahiater e técnicos responsáveis pela modelização das chamadas públicas. A intenção é lançar a chamada ainda esse ano para 4 mil famílias, um número ainda tímido, mas que pode ser o começo de uma mudança na concepção da ATER, podendo, idealmente, servir de modelo para a ATER pública, ao menos na Bahia. Percebe-se ainda a necessidade de incidir para qualificar o espaço institucional, qual seja a Câmara de ATER do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural para que seja o lócus que garanta a conquista e os avanços no aprimoramento da política.

Destaca-se, por fim, alguns aspectos que estarão na pauta do diálogo com a SDR para serem considerados nessa futura chamada: tamanho do lotes; porcentagem de atividades individuais e coletivas considerando a estratégia metodológica que privilegia a ação em grupos de interesse em detrimento de uma ação tecnicista individualizada; diagnósticos que não sejam censitários e sim possam contribuir no levantamento das informações essenciais e nas análises de autonomia e sustentabilidade para planejar a assessoria; contratualização de resultados; a manutenção da porcentagem mínima



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



de 50% de mulheres e do tempo do contrato; a composição das equipes multidisciplinares; fomento; fiscalização; sistema que gere informações úteis às análises também dos resultados e impactos da ação, articulado com o monitoramento e avaliação;

CONCLUSÃO?

REFERÊNCIAS?